



**Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no site da 7ª CCR e na Intranet**

**Sexta-feira (16/08) a Quinta-feira (22/08)**

**Manchetes**

**Consultor Jurídico:** Brasil tem superlotação carcerária de 166% e 1,5 mil mortes em presídios

**MPF:** CNMP: dados sobre sistema prisional e controle da atividade policial vão embasar atuação do Ministério Público

**G1:** Mortes por intervenção policial no RJ batem recorde em julho. RJ tem 194 mortos por intervenção policial em julho, maior número em um mês desde 1998

**G1:** Relatório de mutirão carcerário revela superlotação em presídios e falta de agentes em Minas

**Século Diário:** Antes de ser desarticulado, órgão de prevenção à tortura fez recomendações ao ES

**Yahoo:** "O Brasil precisa dar atenção aos crimes cometidos contra a população negra", afirma Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

**MPF:** MPF entrega ao Planalto nota técnica que sugere veto parcial ao PL do abuso de autoridade

**MPF:** Caso Marielle: PGR aciona STJ para ter acesso a inquérito que apurou falhas na investigação

**Síntese das notícias**

**Brasil tem superlotação carcerária de 166% e 1,5 mil mortes em presídios:** O Brasil tem uma taxa de superlotação carcerária de 166%. São 729.949 presos, sendo que existem vagas em presídios para 437.912 pessoas. Os dados são do estudo "[Sistema Prisional em Números](#)", divulgado pela comissão do Ministério Público responsável por fazer o controle externo da atividade policial. A situação mais crítica é na região Norte, onde a superlotação atingiu a taxa de 200%. A região com a menor taxa é a Sul, com 130%. Os números são todos de 2018. O levantamento também mostra o cenário da integridade física dos presos. Foram 1.424 presos mortos em presídios em 2018. São Paulo corresponde a um terço disso: 495 mortes.

**Fonte:** Consultor Jurídico (22/8/2019). <http://bit.ly/2HgU5D1>

**CNMP: dados sobre sistema prisional e controle da atividade policial vão embasar atuação do Ministério Público:** Integrantes do Ministério Público de várias partes do país participaram da abertura dos Encontros Nacionais sobre Controle Externo da Atividade Policial e sobre Sistema Prisional, promovidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Na ocasião, foram publicados dados e análises colhidos pelo



CNMP sobre os temas. A importância de se ter em mãos informações atualizadas e análises qualificadas para embasar a atuação dos membros do Ministério Público (MP) e para a formalização de políticas públicas voltadas ao sistema prisional e ao controle da atividade policial tiveram destaque nas falas das autoridades presentes na solenidade. A subprocuradora-geral da República, Sandra Cureau, coordenadora da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, destacou dados sobre o sistema penitenciário e enfatizou a necessidade de uma atuação integrada.

**Fonte: MPF (20/8/2019).** <http://bit.ly/2L6KMXs>

**Mortes por intervenção policial no RJ batem recorde em julho. RJ tem 194 mortos por intervenção policial em julho, maior número em um mês desde 1998:** Julho de 2019 foi o mês em que mais pessoas morreram em intervenções policiais no Estado do Rio desde 1998, quando a estatística começou a ser contabilizada. Foram 194, no total, segundo dados divulgados nesta quarta-feira (21) pelo Instituto de Segurança Pública (ISP). O número equivale a mais de seis pessoas mortas por policiais por dia. Até então, o maior registro mensal era de agosto do ano passado, com 176. Em maio de 2019, o patamar foi semelhante: 171.

**Fonte: G1 (21/8/2019).** <http://glo.bo/2KY4dBX>

**Relatório de mutirão carcerário revela superlotação em presídios e falta de agentes em Minas:** O Tribunal de Justiça de Minas divulgou o relatório final do mutirão carcerário realizado desde maio no estado. O texto foi apresentado em um momento que o sistema carcerário passa por várias dificuldades, como superlotação de presos. Atualmente, 83 das 197 unidades prisionais de Minas Gerais estão sob interdição judicial parcial ou total. Em 2014, o estado tinha quase 50 mil presos. Em 2019, são 72 mil. Faltam pelo menos 34 mil vagas. A expectativa, segundo o governo, é criar 2.500 vagas nos próximos anos com a construção de novos presídios.

**Fonte: G1 (20/8/2019).** <http://http:glo.bo/2Zjm5Ms>

**Antes de ser desarticulado, órgão de prevenção à tortura fez recomendações ao ES:** No último mês de junho, quando foi completamente desarticulado pelo Governo Bolsonaro com a exoneração de 11 peritos, o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) divulgou um dos seus últimos relatórios de missão, cujo tema foi o sistema socioeducativo capixaba, com visitas realizadas nos dias 5 e 9 de novembro de 2018, à Unis, em Cariacica, Grande Vitória, e à Unip Norte, localizada em Linhares, norte do Estado. Diante do flagrante de irregularidades o Mecanismo fez recomendações aos órgãos capixabas, como criação de uma ouvidoria independente e autônoma para o sistema socioeducativo e, especificamente ao Judiciário, com conscientização dos juízes para redução das penas de restrição de liberdade.

**Fonte: Século Diário (20/8/2019).** <http://bit.ly/2Z8VNS4>



**“O Brasil precisa dar atenção aos crimes cometidos contra a população negra”, afirma Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH):** A relatora sobre os direitos das mulheres e afrodescendentes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) Margarette May Macaulay usou a frase “Muitas pessoas assassinadas, muitos negros assassinados” para definir o que vê no país. Acompanhar casos de violação dos direitos humanos no continente americano é uma das missões de Macaulay. Um exemplo aconteceu na semana passada, entre os dias 9 e 14, quando o Rio de Janeiro teve ao menos seis jovens mortos em favelas ou nos arredores. Lançado em junho deste ano, o [Atlas da Violência](#) apontou que 75,5% das vítimas de assassinato, em 2017, eram pessoas negras. Entre as mulheres, 66% das assassinadas também pertenciam a esse grupo racial.

**Fonte: Yahoo (20/8/2019).** <http://bit.ly/2HhvPkc>

**MPF entrega ao Planalto nota técnica que sugere veto parcial ao PL do abuso de autoridade:** Membros do Ministério Público Federal (MPF) entregaram à Secretaria de Governo do Palácio do Planalto e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, nota técnica com a recomendação de veto a nove artigos do Projeto de Lei 7.596/2017, que define os crimes de abuso de autoridade cometidos por agente público. A nota foi elaborada pelas quatro Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF com atribuição nas áreas criminal e de improbidade administrativa. O PL foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal e, atualmente, aguarda sanção presidencial. Na nota, os procuradores reconhecem a importância do tema abordado, na medida em que o projeto de lei pretende responsabilizar criminalmente os agentes públicos por abusos. Entretanto, alertam que, da forma como está redigida, a nova lei poderá prejudicar a execução das missões institucionais de cada órgão do Estado e inibir a atuação da autoridade no exercício de sua função.

**(21/8/2019).** <http://bit.ly/2ZkH7dJ>

**Caso Marielle: PGR aciona STJ para ter acesso a inquérito que apurou falhas na investigação:** Em ação cautelar enviada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, requisitou a íntegra do inquérito policial instaurado para apurar possíveis irregularidades na investigação dos assassinatos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. O propósito do pedido é assegurar o acesso a informações que possibilitem instruir Procedimento Preparatório de Incidente de Deslocamento de Competência (PPIDC), aberto em março do ano passado, logo após os homicídios. O pedido cautelar encaminhado ao presidente da Corte, João Otávio de Noronha, para distribuição, tem como fundamento o fato de ter sido impedido o acesso da Procuradoria-Geral da República à íntegra ou à cópia do inquérito, embora o procedimento seja resultado de requisição apresentada pela própria procuradora-geral.

**Fonte: MPF (16/8/2019).** <http://bit.ly/2MxQaGe>